

# *brevíssimos cindes* 40

## O investimento direto brasileiro na África\*

Roberto M. Iglesias\*\*

Dezembro de 2011

Katarina Pereira da Costa\*\*

A África transformou-se nos últimos anos em um pólo de investimento e comércio internacional, se considerarmos as taxas de expansão dos seus fluxos de exportação e dos investimentos diretos estrangeiros (IDE) recebidos. A abundância de recursos minerais no continente e o crescimento dos preços desses produtos no mercado internacional parecem ter sido os motivos principais para essas taxas de crescimento das exportações e dos investimentos diretos na indústria extrativa e na infraestrutura associada ao escoamento dos recursos naturais.

A maior parte do investimento direto e do estoque de capital estrangeiro na África continua sendo de países desenvolvidos, mas, nos últimos anos, a China e a Índia surgiram como novos atores. A rápida e generalizada expansão das relações econômicas chinesas com o continente tem chamado a atenção dos países desenvolvidos, dos organismos multilaterais e de todos aqueles envolvidos com o desenvolvimento da África. Naturalmente, o crescimento acelerado da presença chinesa no continente pode ter impactos na atuação das empresas brasileiras, e, portanto, é um fator a ser considerado nas análises e na elaboração das estratégias brasileiras na África.

\* Este texto resume as principais conclusões da publicação Breves Cindes 60, O investimento direto brasileiro na África, disponível no site [www.cindesbrasil.org](http://www.cindesbrasil.org)

\*\* do CINDES.

A África oferece interessantes oportunidades de investimentos para as empresas brasileiras de mineração, de construção e, em menor medida, do setor industrial e de serviços. Parte das empresas analisadas nas entrevistas realizadas pelo CINDES<sup>1</sup> está experimentando sua segunda fase de expansão no continente e todas estão aproveitando o excepcional momento econômico, com a alta de preços dos minerais e do petróleo, que estimulou a renda disponível dos países da região e gerou oportunidades adicionais para empresas industriais e de serviços.

Fica evidente o entusiasmo com a situação do continente na maioria dos entrevistados, mas não se pode negar que há sérios problemas no ambiente de negócios, principalmente de qualidade da mão de obra e alto risco regulatório, além de uma remanescente instabilidade política, que dificultam a operação na África.

O problema central do ambiente institucional, segundo as empresas brasileiras entrevistadas, está associado a procedimentos pouco claros na implementação das regras ou do marco jurídico existente, que poderíamos classificar como risco regulatório. As empresas enfatizaram a fragilidade das instituições e os problemas na implementação das regras estabelecidas. Claramente, os temas de risco regulatório aparecem com mais força entre aqueles que devem lidar com os Estados africanos em forma direta e contínua. Nas empresas industriais, a preocupação regulatória é claramente menor.

Dada a natureza do ambiente institucional, alguns dos entrevistados sugeriram que o governo brasileiro deve continuar e aprofundar a aproximação política com os países africanos, apresentando os recursos e habilidades do empresariado brasileiro. A lógica da atuação governamental brasileira foi explicada por um entrevistado: “o interesse político do Brasil na África

aumenta a receptividade desses países em receberem investimento brasileiro e facilita a participação de empresas brasileiras em processos licitatórios”.

Para as empresas extrativas e de construção, essa aproximação diplomática e a intensificação da cooperação técnica do governo brasileiro parecem ser centrais, porque as empresas de outros países que atuam no continente, notadamente da China, dispõem de maiores recursos financeiros próprios e governamentais para ser utilizados em projetos de cooperação e de desenvolvimento econômico-social, que terminam influenciando as decisões dos governos locais.

A segunda questão relevante para os entrevistados em termos de mudança do papel do governo é uma reconsideração do risco-país de algumas das economias africanas, porque isso facilitaria a concessão de financiamento público brasileiro para a exportação de bens e serviços e reduziria os custos do seguro de crédito e das garantias. Obviamente, isto não deveria nem poderia ser feito de forma generalizada, mas algumas avaliações de risco parecem estar defasadas dada a nova situação econômica e institucional dos países africanos.

As empresas industriais não sugeriram uma agenda governamental tão ampla e ativa, mas, na medida em que exportam desde o Brasil insumos próprios ou de terceiros para suas plantas na África, o tema da avaliação do risco do seguro de crédito e das garantias do financiamento público brasileiro também está presente, pois isso afeta os custos da operação na África.

A presença chinesa no continente não parece afetar o desempenho das empresas entrevistadas, mas a disponibilidade chinesa de recursos para ajuda e financiamento se faz sentir no mercado de obras públicas de infraestrutura, afetando conseqüentemente as empresas brasileiras de serviços de construção.

<sup>1</sup> Ver Breves Cindes 60.

Porém, a expansão do continente parece permitir oportunidades para todos os atores com capacidades e recursos para investir.

Em síntese, na avaliação do desempenho do investimento brasileiro no continente é imprescindível incorporar, pelo menos para as empresas do setor extrativo e de construção, o efeito negativo do risco político. Não é fácil nem rápido apreender a “navegar” no ambiente institucional da maioria dos países africanos. A estratégia de cooperação, com a formação de consórcios onde mais de duas empresas brasileiras executam tarefas complementares, permite aumentar o poder de barganha e mitigar o risco regulatório sempre presente. Mas, o Estado brasileiro pode colaborar nessas estratégias de mitigação do risco, estreitando mecanismos de cooperação técnica e política com os governos africanos dispostos a aumentar a transparência do seu ambiente institucional doméstico.

O desempenho do investimento direto de empresas industriais e de pequenas e médias empresas está fortemente associado ao desempenho dos fluxos comerciais. O crescimento das vendas de produtos industriais para a África permitirá às empresas brasileiras conhecer as potencialidades do mercado, identificar oportunidades de novos negócios, descobrir parceiros, identificar ativos compatíveis com suas necessidades e fazer conhecer sua marca. Esses elementos são condicionantes da decisão de ampliar atividades em um país e de passar a produzir no mesmo. A sequência exportações-investimento direto das empresas de produtos manufaturados foi observada na experiência brasileira em sua região de vizinhança (a América do Sul) e o mesmo deverá ocorrer na África, especialmente se o ambiente de negócios mostrar sinais de melhora no futuro próximo.